



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Credenciamento de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de arbitragem em modalidades esportivas, coletivas e individuais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
1	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade BASQUETEBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros assistentes e 1 (um) cronometrista/Apontador.	Jg	20
2	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categoria ADULTO no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	50
3	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categoria ADULTO no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	30
4	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	20
5	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade HANDEBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01(um) árbitro principal, 01(um) árbitro assistente e 01(um) cronometrista/apontador..	Jg	20
6	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade VOLEIBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os	Jg	20



	jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01(um) árbitro principal, 01(um) árbitro assistente e 01(um) cronometrista/apontador.		
7	Serviços de ARBITRAGEM na modalidade CORRIDA DE ARGOLINHA, equipe completa para todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer as etapas diurno e noturno. Sendo que cada etapa deverá ser composta por: 1 (um) árbitro principal, 1 (um) árbitro assistente e 1 (um) apontador .	Etapa	60
8	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	30
9	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	50
10	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	20
11	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	40
12	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	60
13	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	90



14	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	30
15	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	70
16	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de TODAS AS FASES, equipe completa para modalidade FUTSAL, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	120
17	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de TODAS AS FASES, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	120
18	Serviços de PREPARO E MARCAÇÃO DE CAMPO DE JOGO e de "GANDULA", para modalidade FUTEBOL DE CAMPO todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) auxiliar de serviços técnicos.	Diária	60
19	Serviços de PREPARO E MARCAÇÃO DE CAMPO DE JOGO e de "GANDULA", para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) auxiliar de Serviços técnicos.	Diária	60

1.2. O preço de referência por item será os constantes na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade BASQUETEBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as	Jg	20	398,10	7.962,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITÁI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.



	despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 1 (um) Árbitro principal, 2 (dois) Árbitros assistentes e 1 (um) cronometrista/Apontador.				
2	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categoria ADULTO no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	50	783,60	39.180,00
3	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categoria ADULTO no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	30	695,00	20.850,00
4	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE CAMPO, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) arbitro principal, 02 (dois) árbitros assistentes e 01 (um) apontador.	Jg	20	201,51	4030,20
5	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade HANDEBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01(um) árbitro principal, 01(um) árbitro assistente e 01(um) cronometrista/apontador..	Jg	20	451,25	9.025,00
6	Serviços de ARBITRAGEM, equipe completa para modalidade VOLEIBOL todas as categorias no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas	Jg	20	422,11	8.442,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.



	como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01(um) árbitro principal, 01(um) árbitro assistente e 01(um) cronometrista/apontador.				
7	Serviços de ARBITRAGEM na modalidade CORRIDA DE ARGOLINHA, equipe completa para todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer as etapas diurno e noturno. Sendo que cada etapa deverá ser composta por: 1 (um) árbitro principal, 1 (um) árbitro assistente e 1 (um) apontador .	Etapa	60	850,00	51.000,00
8	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	30	199,00	5.970,00
9	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	50	366,33	18.316,50
10	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	20	200,00	4.000,00
11	Serviços de ARBITRAGEM para jogos	Jg	40	430,55	17.222,00



	de FASES FINAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.				
12	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	60	190,00	11.400,00
13	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	90	366,33	32.969,70
14	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	30	188,60	5.658,00
15	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de FASES INICIAIS, equipe completa para modalidade FUTSAL, categoria ADULTO, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	70	301,59	21.111,30



	cronometrista/apontador.				
16	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de TODAS AS FASES, equipe completa para modalidade FUTEBOL DE SOCIETY, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	jg	120	100,00	12.000,00
17	Serviços de ARBITRAGEM para jogos de TODAS AS FASES, equipe completa para modalidade FUTSAL, categorias INFANTIL e/ou JUVENIL, no PERÍMETRO URBANO. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) árbitro principal, 01 (um) árbitro assistente e 01 (um) cronometrista/apontador.	Jg	120	65,00	7.800,00
18	Serviços de PREPARO E MARCAÇÃO DE CAMPO DE JOGO e de "GANDULA", para modalidade FUTEBOL DE CAMPO todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) auxiliar de serviços técnicos.	Diári a	60	100,00	6.000,00
19	Serviços de PREPARO E MARCAÇÃO DE CAMPO DE JOGO e de "GANDULA", para modalidade FUTEBOL DE CAMPO todas as categorias, tanto no PERÍMETRO URBANO quanto no PERÍMETRO RURAL. Inclusas todas as despesas como: transporte, alimentação e outras. Horários que poderão ocorrer os jogos diurnos e noturnos. Sendo que cada jogo deverá ser composto por: 01 (um) auxiliar de serviços técnicos.	Diári a	60	100,00	6.000,00

1.3. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2024, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A SEMEL acredita fielmente que o esporte e o lazer beneficiam tanto o corpo como a mente, auxiliando não apenas na execução técnica do esporte, mas também na construção da convivência, na administração de conflitos, no reconhecimento e aceitação das limitações, na disciplina, no trabalho em equipe e na competitividade das pessoas, principalmente de crianças e adolescentes que estão em processo de formação cidadã. Considerando que a cidade de Jequitaiá é um município que prima pela qualidade e diversidade cultural e esportiva, é preciso esforço contínuo do Poder Público para a execução de diferentes eventos esportivos ao longo do ano. Sendo assim, a contratação para a prestação de serviços de arbitragem se faz necessário porque as competições esportivas, sejam elas de âmbito municipal ou regional, necessitam de árbitros qualificados, atualizados e com experiência na área para o seu perfeito desenvolvimento. Além disso, vêm ao encontro com o incentivo a prática de esportes, despertando o trabalho em equipe, o espírito de competição saudável, o bem estar físico e mental entre os participantes e o incentivo à participação da sociedade nos eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esporte e lazer de Jequitaiá/MG.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O SERVIÇO SER CONTRATADO

3.1. Encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Não se aplica.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Não se aplica.



Da vedação de contratação de marca ou produto:

4.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra:

4.4. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os serviços serão prestados mediante recebimento da ordem de serviço emitida pelo setor de compras do município de Jequitai, através da solicitação feita pela secretaria demandante.

5.2. A aprovação dos serviços licitados dar-se-á pela secretaria e pelo fiscal responsável.

5.3. O recebimento dos serviços não excluirá a CONTRATADA da responsabilidade quanto à ética profissional pela perfeita execução do objeto, observando-se os dispositivos da Lei nº 14.133/21.

5.4. Se após o recebimento do mesmo constatar-se que os serviços foram executados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a devida notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa ou a pessoa física contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa ou a pessoa física contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, III);



6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto municipal nº 510, de 2024).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 510 de 2024, art. 23, IV).

Fiscalização Setorial

6.9. O acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão. (Decreto Municipal nº 510, de 2024, art. 19, IV).

6.9.1. A fiscalização técnica, administrativa e/ou setorial será realizada por um único agente público (Decreto municipal n. 510, parágrafo único do art.22).

6.9.2. Aplicam-se, no que couberem, os itens anteriores às compras em que não se utilizem o instrumento de contrato.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço,



do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal 510 nº, de 2024, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, VI).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, VIII).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos de acordo com a programação elaborada pela secretaria demandante, a partir do recebimento da ordem de serviços emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Jequitaiá.

Liquidação

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso



de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. o prazo de validade;

7.4.2. a data da emissão;

7.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5. o valor a pagar; e

7.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela



rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.13. Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Para garantir uma distribuição justa e eficiente dos serviços de arbitragem, serão adotados critérios objetivos, garantindo transparência e economicidade, conforme estipulado pela Lei nº 14.133/2021.

8.2. Gerenciamento manual da demanda: No Município de Jequitaiá, que atualmente não dispõe de uma plataforma eletrônica para essa finalidade, a distribuição da demanda entre os árbitros credenciados será gerenciada manualmente.

8.3. Processo de Escolha: O critério para distribuição da demanda será o sorteio dos nomes dos credenciados devidamente habilitados. O sorteio será presidido pelo



Secretário Solicitante, acompanhado de dois membros do Conselho Municipal de Esportes.

8.4. O setor de licitações e contratos enviará a lista de credenciados sempre que for atualizada.

8.5. Será verificada a disponibilidade dos árbitros para arbitrar nas datas e horários programados das competições, bem como sua flexibilidade para atender mudanças de última hora, se necessário.

8.6. Benefício do Critério de Escolha:

I - Garante que todos os árbitros credenciados tenham oportunidades equitativas de atuação.

Forma de fornecimento

8.7. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.8. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Sítios oficiais das Fazendas Nacionais (Municípios, Estados ou Receita Federal do Brasil), Caixa Econômica Federal, Justiça do Trabalho, dentre outros.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.10. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.11. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.12. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



8.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.14. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.15. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.16. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; **(Pessoa Jurídica).**

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; **(Pessoa Jurídica).**

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **(Pessoa Jurídica).**

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede. **(Pessoa Jurídica).**

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **(Pessoa Jurídica).**

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com



averbação no Registro onde tem sede a matriz. **(Pessoa Jurídica)**.

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; **(Pessoa Física e Jurídica)**.

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. **(Pessoa Física e Jurídica)**.

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**); **(Pessoa Jurídica)**.

8.27. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, conforme modelo **Anexo I**; **(Pessoa Física e Jurídica)**.

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; **(Pessoa Física e Jurídica)**.

8.29. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; **(Pessoa Física e Jurídica)**.

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



Qualificação Econômico-Financeira

8.32. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II; **(Pessoa Jurídica)**.

8.33. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor da Comarca do domicílio do licitante com data de emissão de até **90 (noventa) dias** antes da abertura da sessão. **(Pessoa Física)**.

Qualificação Técnica

8.34. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. **(Pessoa Física e Jurídica)**.

Documentação Complementar

8.35. **Declaração Unificada** - conforme apêndice do Anexo I. **(Pessoa Física e Jurídica)**.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 81.028,00 (Oitenta e um mil e vinte e oito reais)**, conforme custo unitário apostado na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

06.01.01.27.812.0028.2047.33903600 - Ficha 329.

06.01.01.27.812.0028.2047.33903900 - Ficha 330.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Jequitaiá/MG, 07 de agosto de 2024.

Arllen Dick Mota Lacerda

Secretário Municipal de Esportes e Lazer



ANEXO I - DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao município de Jequitai

Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços de arbitragem em modalidades esportivas, coletivas e individuais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita sob o CNPJ de nº **XXXXXXXXXXXX**, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000
CNPJ: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.



n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF n°: XXX.XXX.XXX-XX

(assinatura e carimbo)